

A economia brasileira é subdesenvolvida e dependente. Subdesenvolvimento significa, fundamentalmente, baixa produtividade do trabalho. Significa que a produção por trabalhador é, em média, pequena, muito menor do que a produção por trabalhador nos países desenvolvidos, sejam eles capitalistas ou estatais. E se a produção por trabalhador, ou produtividade, é baixa, a renda, ou produção por habitante, também é baixa.

O subdesenvolvimento é sempre acompanhado por pobreza, senão mísera, fome, subnutrição, más condições de saúde, por analfabetismo e baixa qualificação técnica dos trabalhadores.

Essas características são ao mesmo tempo consequência e causa do subdesenvolvimento. Não se pense, entretanto, que toda a economia brasileira seja caracterizada por baixa produtividade e péssimas condições de vida.

A produtividade média dos trabalhadores brasileiros é baixa, mas não é baixíssima. Conforme mostra o Quadro I, a produção por habitante do Brasil está em posição intermediária entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Somos paradoxalmente um país subdesenvolvido e industrializado.

Essa produtividade intermediária da economia brasileira é, na verdade, o resultado de uma média entre a alta produtividade de um setor capitalista-monopolista e a baixíssima produtividade dos setores marginalizados e pré-capitalistas da economia brasileira. Na verdade, e como toda sociedade subdesenvolvida, a economia brasileira é intrinsecamente dual e heterogênea.¹ O setor moderno, capitalista industrial, utilizando uma tecnologia altamente sofisticada, é incapaz de absorver a mão-de-obra abundante que o capitalismo mercantil e o clima tropical permitiram aparecer no Brasil. Em consequência, o subdesenvolvimento brasileiro é dual, caracterizado pela heterogeneidade estrutural, à medida que leva à convivência de um setor de alta produtividade com outro de produtividade muito baixa.

É preciso observar, entretanto, que esse dualismo é diverso do ocorrido nos países africanos ou asiáticos, onde havia anteriormente uma sociedade pré-capitalista estabelecida, a qual passa a conviver com a sociedade capitalista quando nela penetra o capitalismo no século XVI (capital mercantil-colonialista) e principalmente no século XIX (capital industrial-imperialista).

No Brasil, como aliás na América Latina, as sociedades pré-capitalistas foram destruídas. Em seu lugar, entretanto, estabelece-se um capitalismo mercantil retrógrado que dificultará a posterior penetração do capital industrial. O dualismo brasileiro será, então, o produto da coexistência do capital mercantil, marcado por fortes traços pré-capitalistas, com o capital industrial, e pela capacidade de este último absorver a abundante força de trabalho existente no primeiro.

Quadro I: Produção por Habitante nos
30 Países Mais Populosos do Mundo, 1994

Países	População (milhões)	PIB <i>per capita</i> (US\$)
China	1.190,9	530
Índia	913,6	320
Estados Unidos	260,6	25.880
Indonésia	190,4	880
Brasil	159,1	2.970
Rússia	148,3	2.650
Paquistão	126,3	430
Japão	125,0	34.630
Bangladesh	117,9	220
Nigéria	108,0	280
México	88,5	4.180
Alemanha	81,5	25.580
Vietnã	72,0	200
Filipinas	67,0	950
Irã	62,5	N.D.
Turquia	60,8	2.500
Inglaterra	58,4	18.340
Tailândia	58,0	2.410
França	57,9	23.420
Itália	57,1	19.300
Egito	56,8	720
Etiópia	54,9	100
Ucrânia	51,9	1.910
Coréia do Sul	44,5	8.260
África do Sul	40,5	3.040
Espanha	39,1	13.440
Polônia	38,5	2.410
Colômbia	36,3	1.670
Argentina	34,2	8.110

Fonte: World Development Report, 1996.

O subdesenvolvimento brasileiro é assim definido por uma produtividade do trabalho insuficiente e por uma distribuição dos frutos dessa produtividade — ou seja, da renda — também desigual.² Isso permite que haja uma alta burguesia que desfruta de padrões de vida incrivelmente altos, e que haja uma classe média de proprietários burgueses e uma classe média de empregados ou funcionários tecnoburocráticos com um padrão de vida elevado, comparável ao padrão de vida das camadas médias dos países desenvolvidos. Há mesmo alguns trabalhadores especializados que já começaram a ter padrões de vida razoáveis. Em contrapartida, há uma imensa massa de trabalhadores urbanos e rurais que vive em condições estritamente insatisfatórias senão subumanas.

Subdesenvolvimento no caso da economia brasileira significa, portanto, uma produtividade média ainda baixa, mas que já se aproxima de uma situação intermediária, acompanhada por uma distribuição dos frutos dessa produtividade extremamente desigual. O país desenvolve-se, a produtividade aumenta (o produto interno bruto *per capita*, medida global de produtividade, cresceu em 79% entre 1970 e 1980), mas a renda se concentra. Os beneficiados pelo desenvolvimento são muito poucos. Em 1960, os 10% mais ricos da população controlavam 39,6% da renda no Brasil; em 1970, essa porcentagem aumentou para 46,7%, e em 1980, para 50,9%. Em 1989, os 20% mais ricos controlavam 67,5% da renda nacional. Por outro lado, quando comparamos a repartição da renda no Brasil com a dos demais países desenvolvidos (e mesmo de alguns subdesenvolvidos), verificamos definitivamente o alto grau de concentração de renda existente no país. De acordo com os dados do Quadro II, o Brasil inclui-se entre os países de renda mais concentrada do mundo.

O subdesenvolvimento brasileiro, agravado por um alto grau de concentração de renda, resulta em condições de saúde da população extremamente desfavoráveis. Segundo um relatório do Banco Mundial, “as condições gerais de saúde, medidas pela expectativa de vida e pela mortalidade infantil, são piores no Brasil do que em países com níveis semelhantes de renda por habitante”. A mortalidade infantil no Brasil, embora declinante, era ainda de 88 por mil em 1980. Um estudo da Organização Panamericana de Saúde revelou que entre 60 e 70% de todas as mortes de crianças menores de 5 anos eram devidas à subnutrição. Um estudo do Governo brasileiro (ENDEF) de 1974/75 revelou que 21% das crianças abaixo de 18 anos sofrem de subnutrição de segundo e terceiro grau. No plano da educação, embora os progressos sejam sensíveis, especialmente na área da educação secundária, cerca de um quarto da população ainda é analfabeta. No campo do saneamento básico, também os progressos foram reais. Não obstante, em 1980, apenas 38% dos domicílios ur-

banos eram servidos por rede de esgotos e somente 76% dos domicílios urbanos eram abastecidos de água através de rede geral.

Quadro II: Distribuição de Renda em Diversos Países

	40% Mais Pobre	40% Médio	20% Mais Rico
Brasil (1989)	7,0	25,7	67,5
África do Sul (1993)	9,1	27,5	63,3
Chile (1994)	10,1	29,0	61,0
Colômbia (1991)	11,2	33,0	55,8
México (1992)	11,9	32,7	55,3
Nicarágua (1993)	12,2	32,6	55,2
Peru (1994)	14,1	35,5	50,4
Nigéria (1992)	12,9	37,8	49,3
Bolívia (1990)	15,3	36,5	48,2
Uganda (1992)	17,1	34,8	48,1
Filipinas (1988)	16,6	35,6	47,8
Inglaterra (1988)	14,6	41,1	44,3
Vietnã (1993)	19,2	36,8	44,0
China (1992)	16,7	39,4	43,9
Índia (1992)	20,6	36,9	42,6
França (1989)	17,4	40,7	41,9
Estados Unidos (1988)	15,7	42,4	41,9
Egito (1991)	21,2	37,7	41,1
Itália (1986)	18,8	40,2	41,0
Indonésia (1993)	21,0	38,4	40,7
Alemanha (1988)	18,8	41,0	40,3
Pakistão (1991)	21,3	39,1	39,7
Bangladesh (1992)	22,9	39,2	37,9
Japão (1979)	21,9	40,6	37,5
Suécia (1981)	21,2	41,9	36,9
Noruega (1979)	19,0	44,2	36,7
Polônia (1992)	23,1	40,3	36,6
Espanha (1988)	22,0	41,5	36,6
Ucrânia (1992)	23,6	41,0	35,4

Fonte: World Development Report, 1996.

Mas subdesenvolvimento, além de produtividade insuficiente e de desigual distribuição da renda, implicando analfabetismo e subnutrição para os trabalhadores, significa também dependência. A economia brasileira é e sempre foi uma economia dependente. Ou seja, uma economia sem autonomia no seu processo de desenvolvimento, uma economia que não controla os recursos fundamentais para que possa aumentar sua produção por habitante.

O subdesenvolvimento brasileiro, inclusive, só pode ser explicado nos quadros dessa dependência. Esta dependência vem mudando de caráter à medida que o país se desenvolve, mas continua a ser não apenas uma característica, mas também a causa fundamental do subdesenvolvimento brasileiro.

Em um primeiro momento, a dependência significava subordinação econômica e política a Portugal nos quadros do sistema colonial. Em um segundo, subordinação fundamentalmente econômica à Inglaterra nos quadros do modelo primário-exportador e do velho imperialismo anti-industrializante; mas, também, subordinação cultural aos padrões do capitalismo europeu e depois norte-americano. O terceiro momento, definido pela subordinação aos Estados Unidos, ocorre depois de uma grande crise do capitalismo mundial, e é marcado pela penetração das empresas multinacionais industriais. A dependência torna-se, então, eminentemente tecnológica, além de cultural, à medida que as classes dominantes locais continuam a tentar copiar os padrões de consumo dos países centrais às custas da impiedosa exploração da grande maioria da população. É esse último tipo de dependência, desenvolvimentista, mas reprodutora dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, que irá presidir a lógica da acumulação e definir o subdesenvolvimento industrializado brasileiro.

Finalmente, em um quarto momento, a dependência se transforma em interdependência nos quadros do processo de globalização — ou seja, de aumento dramático dos fluxos financeiros, das transações comerciais e dos investimentos internacionais e, portanto, da competição entre os países. Neste novo quadro, a estratégia de superação da dependência pela proteção da produção nacional deixa de ser viável, e o Brasil, como os demais países em estágio intermediário de desenvolvimento, não tem outra alternativa senão competir internacionalmente.

NOTAS

¹ O caráter dual da economia e da sociedade brasileira foram analisados por praticamente todos os seus principais estudiosos. Destaco, entretanto, as contribuições fundamentais de Ignácio Rangel (1957), com *A dualidade básica da economia brasileira* e de Jacques Lambert (1959), com *Os dois Brasis*.

² Os autores que estudaram mais agudamente a natureza do subdesenvolvimento brasileiro foram Celso Furtado (1959a, 1961, 1962, 1964, 1966), Ignácio Rangel (1957, 1962, 1978, 1981) e Fernando Henrique Cardoso (1972).